

## NOTÍCIAS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO JORNAL DO TOCANTINS

## VIOLENCE NEWS AGAINST WOMEN IN THE JORNAL DO TOCANTINS

## NOTICIAS SOBRE VIOLENCIA CONTRA LA MUJER EN EL REVISTA DO TOCANTINS

*Luciano Silva Gomes\**  
*Cynthia Mara Miranda\**

**RESUMO:** A violência contra a mulher é um problema social grave e recorrente no Brasil. Os meios de comunicação, ao atuar no processo de socialização, podem influenciar tanto no reforço da violência quanto no combate dela. No que tange a violência contra a mulher, observa-se que a mesma, cotidianamente, é reportada nas notícias. O presente artigo, nessa direção, tem como objetivo analisar a cobertura jornalística da violência contra a mulher no Jornal do Tocantins entre os anos de 2015 e 2017 e a estratégia metodológica utilizada foi a análise de conteúdo. Os resultados apontaram que os casos de violência contra a mulher com maior gravidade ou repercussão, chegaram até o jornal constituindo-se em notícias, contudo de forma factual sem fomentar discussões problematizadas que poderiam contribuir para o avanço na igualdade entre os gêneros partindo de uma produção de notícias com perspectiva de direitos.

**Palavras-chave:** Violência contra mulher. Cobertura jornalística. Jornal do Tocantins. Narrativa. Jornalismo Regional.

**ABSTRACT:** Violence against women is a serious and recurrent social problem in Brazil. The media, when acting in the socialization process, can influence both the reinforcement of violence and the fight against it. With regard to violence against women, it is observed that it is daily reported in the news. This article, in this direction, aims to analyze the journalistic coverage of violence against women in Jornal do Tocantins between the years 2015 and 2017 and the methodological strategy used was content analysis. The results showed that the cases of violence against women with greater severity or repercussion reached the newspaper constituting news, however in a factual way without fostering problematized discussions that could contribute to the advancement of equality between genders starting from a production of news with a rights perspective.

**Keywords:** Violence against women. News coverage. Tocantins Newspaper. Narrative. Regional Journalism.

**RESUMEN:** La violencia contra la mujer es un problema social grave y recurrente en Brasil. Los medios de comunicación, al actuar en el proceso de socialización, pueden influir tanto en el reforzamiento de la violencia como en la lucha contra ella. En cuanto a la violencia contra la mujer, se observa que es reportada diariamente en las noticias. Este artículo, en esa dirección, tiene como objetivo analizar la cobertura periodística de la violencia contra la mujer en el Jornal do Tocantins entre los años 2015 y 2017 y la estrategia metodológica utilizada fue el análisis de contenido. Los resultados mostraron que los casos de violencia contra la mujer con mayor gravedad o repercusión llegaron al periódico constituyendo noticia, pero de manera fáctica sin propiciar discusiones problematizadas que pudieran contribuir al avance de la igualdad entre los géneros a partir de una producción de noticias con perspectiva de derechos.

**Palabras-clave:** Violencia contra la mujer. Cobertura de noticias. Diario de Tocantins. Narrativo. Periodismo Regional.

\* Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Especialista em Ensino de Comunicação/Jornalismo e Bacharel em Direito pela mesma instituição.  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7166-3245>  
E-mail: [asp.luciano2010@hotmail.com](mailto:asp.luciano2010@hotmail.com)

\*\* Professora Associada II do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pós-Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM/UFMG). Doutora e mestra em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (Unb). Jornalista pela UFT. Bolsista de Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Cnpq) - PQ2.  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9399-7975>  
E-mail: [cynthiamara@uft.edu.br](mailto:cynthiamara@uft.edu.br)

## 1 INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher, problema de ampla repercussão no país, tem sido amplamente noticiada pelos meios de comunicação em todas as regiões brasileiras. Dentre os valores-notícia do jornalismo, que são os critérios que influenciam na seleção e apresentação de eventos como notícias, a violência é um deles. É comum que as notícias destaquem o pessoal, o privado, as condutas sociais, a agressividade e a dor que se configuram como tecido da violência. A violência, nesse sentido, pode relacionar-se aos valores-notícia que envolvem o conflito, a controvérsia ou a infração. Notícias sobre violência contra mulher exercem a ruptura da normalidade, que é um traço fundamental do mundo jornalístico (TRAQUINA, 2004) e, assim, devido a acentuada desigualdade entre os gêneros no país, sua ocorrência é cotidiana.

Segundo os dados da pesquisa *Global Gender Gap Report* (GGGR) de 2022<sup>1</sup>, que investiga a disparidade entre os gêneros no mundo e é realizada pelo “Fórum Mundial Econômico” desde 2006, o Brasil atualmente ocupa a 94ª posição entre os 146 países investigados no ranking da desigualdade entre os gêneros. A pesquisa avalia quatro áreas: participação e oportunidade econômica, nível de escolaridade, saúde e sobrevivência e empoderamento político.

Na América Latina, países mais populosos como Brasil, México e Argentina apresentaram leve estagnação nas pontuações segundo dados do GGGR. Essa divergência de desempenho informa a classificação regional geral, onde Nicarágua, Costa Rica e Barbados ocupam os três primeiros lugares da região, enquanto Brasil, Belize e Guatemala ocupam as posições mais baixas.

A violência contra a mulher tem impacto na perpetuação da desigualdade entre homens e mulheres, e se refere a qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico, bem como à morte desta, quer seja em âmbito público ou privado (ARCA, 2016; CELMER, 2010).

Nesse contexto é que se faz relevante analisar o papel que a mídia tem desempenhado na reflexão social da violência contra mulher em sua atuação diária, seja nas redações dos grandes jornais impressos de circulação nacional, seja nos portais de notícia ou programas televisivos que pautam o tema para alcançar mais audiência.

A mídia pode se constituir como mecanismo em que as conquistas e reivindicações das mulheres encontram espaço de visibilidade, incorporando temáticas como violações de direitos, saúde, direitos reprodutivos, entre outros (SOUZA, 2006; BEIRAS, 2012; NOGUEIRA; PORTO JÚNIOR, 2016). Refletir sobre como essa cobertura jornalística é realizada, e quais os critérios que devem ser seguidos para transmitir a informação sem revitimizar as mulheres e suas famílias, torna-se relevante.

Diante do contexto apresentado, buscamos refletir sobre o potencial de noticiabilidade da violência contra mulher a partir da seguinte indagação: como são construídas as notícias sobre violência contra a mulher no Estado do Tocantins? A estratégia metodológica utilizada para estudar as notícias foi a análise de conteúdo (BARDIN, 1977). A amostragem das notícias<sup>2</sup> foi obtida das edições impressas do Jornal do Tocantins no período de 10 de março de 2015 a 16 de setembro de 2017. O ano escolhido para coleta das notícias, 2015, coincide com o ano de aprovação da lei que criou no âmbito da justiça penal brasileira o crime de feminicídio. Trata-se de uma qualificadora do crime de homicídio para punir com mais rigor aqueles que praticarem assassinato contra mulheres. A lei nº 13.104/2015, aprovada em 9 de março de 2015, além de alterar o art. 121 do Código Penal, incluiu o feminicídio no rol de crimes hediondos.

Para a coleta das notícias foi escolhido o Jornal do Tocantins devido a sua representatividade e ampla circulação no estado. O jornal, que está presente desde a criação do Estado do Tocantins em 1988, é o mais tradicional no estado e acompanhou os principais acontecimentos sociais, políticos e culturais do estado mais jovem da federação brasileira. Em janeiro de 2019, foi extinta a versão impressa do Jornal do Tocantins, e desde então, circula apenas em formato online.

<sup>1</sup> Para mais informações sobre os dados segmentados da pesquisa, consultar *Global Gender Gap Report*. Disponível em: <https://www.weforum.org/reports/global-gender-gap-report-2022/in-full>. Acesso em: 5 dez. 2022.

<sup>2</sup> A amostragem aqui analisada foi recortada de uma pesquisa mais ampla, desenvolvida pelo primeiro autor sob a orientação da segunda autora, no âmbito de dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins defendida em 2018 cujo foco foi a análise da cobertura jornalística da violência contra a mulher no Tocantins.

Foram selecionadas notícias que abordassem a violência contra a mulher em suas diferentes formas (feminicídio, estupro, agressões físicas, cárcere privado, etc.). Ao final, foram identificadas 211 notícias no período de amostragem, sendo 74 notícias em 2015, 104 notícias em 2016 e 33 notícias em 2017.

Nesse sentido, o que nos interessa discutir no presente artigo é a cobertura jornalística da violência contra a mulher no Jornal do Tocantins. Para desenvolver a proposta, efetuamos uma breve revisão conceitual da violência contra a mulher na mídia, na sequência procedemos a análise das notícias e, por fim, apresentamos considerações sobre os desafios do jornalismo para uma cobertura que possa estimular a sensibilização da cidadania sobre o tema.

## 2 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA MÍDIA

Relatos de casos de violência contra a mulher ocupam espaço cotidianamente nos meios de comunicação brasileiros. Como destacado, tais eventos apresentam valor-notícia porque reúnem características que chamam a atenção do público: comovem, chocam, revoltam, assustam. A violência contra a mulher passa a ser combatida de forma mais sistemática no país a partir do ano de 2006. Para Miranda (2017):

As mulheres sempre foram vítimas da violência em suas diversas formas (patrimonial, sexual, moral, psicológica e física), mas as punições a este tipo de crime passam a ter medidas mais severas a partir da instituição da Lei Maria da Penha em 2006. A lei criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e assegurar às mulheres as condições para o exercício efetivo dos seus direitos (Lei Maria da Penha nº 11.340, 2006). Após a Lei Maria da Penha, houve aumento no número de denúncias e nos relatos desse tipo de crime nos meios de comunicação (MIRANDA, 2017, p. 452).

Legislações e políticas públicas de combate a violência contra a mulher contribuem para a conscientização social e para a segurança das mulheres. No campo acadêmico, em especial na área da Comunicação e Informação, a violência contra a mulher constitui um campo de estudo em constante ascensão na academia. Autores como Leal, Carvalho e Antunes (2020), ao efetuarem pesquisa para refletir sobre a cobertura jornalística sobre a violência contra a mulher, destacam:

As histórias de vida das mulheres vítimas de violências físicas e simbólicas, ao contrário do que se poderia supor, não constituem elemento central das narrativas jornalísticas analisadas. Mais do que indicar o predomínio do imperativo estatístico de casos que se somam na generalidade de violências que se acumulam e de mortes que se sucedem, temos o apagamento da existência das vítimas, que no caso dos assassinatos, representam o que podemos compreender como uma “segunda morte”, agora decretada pela cobertura jornalística (LEAL; CARVALHO; ANTUNES, 2020, p. 21.)

Assim, por mais que a violência contra mulher alcance o status de notícia nos meios de comunicação, o exercício de crítica da mídia sobre a forma como a violência é noticiada precisa ser efetuado, principalmente no que diz respeito ao impacto que as coberturas episódicas e factuais podem ter no imaginário social.

A mídia não gera violência, mas exerce um papel fundamental na difusão da cultura da violência, na medida em que a trata de forma dramatizada, brutalizada e não informa sobre as causas da violência contra a mulher, não discute os seus riscos para a sociedade de forma geral. A violência contra a mulher é um fato social que causa prejuízos e, por isso, o papel da mídia deve ser discutido e debatido constantemente.

Thurler (2017), em análise dos casos de feminicídio ocorridos na capital federal, concluiu que a mídia acaba contribuindo na formação de uma imagem neutra do feminicida e, em vários casos, faz com que o público crie uma certa empatia por ele. A mídia não pode se omitir de seu papel, uma vez que ela “também, seleciona, interdita ou inclui falas nesse debate” (THURLER, 2017, p. 469).

Para Segato (2018) a repetição da cena violenta produz um efeito de normalização da crueldade e, com isso, promove nas pessoas baixos limiares de empatia. Nesse sentido, é possível observar que a mídia não permanece isenta. Ela, ao contrário, ressignifica a realidade social com suas relações de poder e reforça a desigualdade entre homens e mulheres, ao destinar espaços de fala diferenciados para cada um segundo seu sexo. Miranda (2017), em sua análise da representação da violência contra a mulher na mídia, pontua que:

Não é possível compreender a violência midiática sem fazer referência à violência simbólica, tendo em vista que esta, exercida por meio de mensagens que transmitem e reproduzem dominação e desigualdade nas relações sociais, naturaliza a subordinação das mulheres nas sociedades e tem nos meios de comunicação um forte aliado para sua reprodução e perpetuação (MIRANDA, 2010, p. 455).

Para a construção das notícias sobre a violência contra mulher que possam gerar conscientização social sobre o assunto, alguns princípios precisam ser adotados, como: (1) não destacar a potência do agressor; (2) não desresponsabilizar o autor pelo crime que cometeu; (3) evitar uma abordagem romantizada do crime e (4) não culpabilizar a vítima.

Nesse sentido, Guimarães (2010), ao analisar a imagem da violência urbana no cinema documentário brasileiro, critica aquilo que ela define como jornalismo declaratório, pois não existiria um debate ou uma contextualização correta dos fatos noticiosos. Esse jornalismo declaratório tem prejudicado as discussões em torno da cobertura jornalística da violência, em especial, da violência contra a mulher.

Concordamos com a autora que o fator tempo pode prejudicar a confecção das notícias, contudo, ele não pode ser desculpa para um jornalismo raso e focado apenas no viés econômico do veículo. Coberturas jornalísticas presas apenas às versões dos boletins de ocorrências em nada contribuem com o debate. É importante que os veículos de comunicação abordem o assunto de forma mais contextualizada e utilizando termos que produzam reflexão sobre a temática.

Barros et al. (2013), em pesquisa sobre a interferência da apresentadora Sonia Abrão no caso da adolescente Eloá<sup>3</sup>, pontuou que a apresentadora atrapalhou a atuação da polícia nas negociações, pois, durante seu programa, entrou ao vivo com uma entrevista ao autor do crime através de uma ligação telefônica. Além de deixar a linha telefônica ocupada, impedindo os trabalhos dos negociadores da polícia, a apresentadora em nada contribuiu para o debate sobre a violência de gênero:

A partir da participação da jornalista como agente negociadora, é possível identificarmos a espetacularização da audiência, visto que o sensacionalismo pesado em cima do caso foi à arma certa utilizada pela emissora, produção e direção do programa. Visto que desta forma foi possível auferir mais alguns números no ibope, que reflete diretamente na publicidade e retorno comercial da atração e, conseqüentemente, também, da rede televisiva (BARROS et al. 2013, p. 360).

O papel social do jornalismo foi posto de lado em razão de sua existência como negócio que visa, antes de tudo, altos índices de audiência e posteriores lucros com anunciantes. Na cobertura jornalística da violência contra a mulher, é necessária a promoção de debate social sobre suas causas e conseqüências, com a apresentação de estudos científicos ligados à área da igualdade dos gêneros e dados estatísticos desse tipo de ocorrência tão cotidiana em todas as classes sociais brasileiras.

A ampla desigualdade entre os gêneros predominante no país contribui para a perpetuação da violência contra a mulher. Nessa direção, é fundamental avançar em estratégias para a promoção da igualdade entre os gêneros, e isso envolve um processo de desconstrução que demanda mais tempo na história do que a construção e formalização de leis e normativas que visem o fim dessa desigualdade que acaba por se perpetuar através dos meios de comunicação de massa, reforçando discursos de dominação masculina historicamente aceitos como válidos (GOMES; MIRANDA, 2017).

<sup>3</sup> Caso Eloá Cristina se refere ao sequestro em cárcere privado registrado pela polícia do estado de São Paulo, seguido de homicídio, que adquiriu grande repercussão nacional e internacional pela cobertura midiática simultânea do crime que resultou na morte da adolescente.

Nagasava (2012) aponta que discutir as questões de gênero é de fundamental importância para compreender a dinâmica dos relacionamentos entre homens e mulheres e como a violência se instaura na sociedade, tornando-se uma prática habitual. Apesar dos avanços na área da igualdade entre os gêneros, é necessário muito mais tempo para que ocorram as mudanças culturais necessárias.

Os estudos de Scott (2012) apontam a grande força dos fatores culturais na construção de significados que estabeleçam as diferenciações entre os gêneros. Para a autora, as percepções das diferenças sexuais seriam hierarquizadas de forma binária, atribuindo-se valores opostos aos corpos masculinos e femininos.

Nessa pesquisa, buscamos compreender como o fazer jornalístico tem operado na cobertura específica desse tipo de evento, uma vez que, sabemos, as informações são organizadas hierarquicamente nos veículos de comunicação. A forma como são relatados os crimes de violência contra a mulher passa pela seleção dos jornalistas e dos veículos para os quais trabalham, e o levantamento de notícias preliminar demonstrou, como será visto a seguir, que são os acontecimentos mais graves que ganham repercussão no periódico analisado.

Moreno (2012), acredita que as mulheres têm sido esquecidas pela mídia de forma geral. A elas é dada pouca visibilidade na política, ciência e tecnologia, economia, cinema, etc. Quando há espaço, as notícias se apresentam superficiais e, na maioria das vezes, se limitam à cobertura dos casos de violência, das datas relevantes como o dia internacional da mulher ou o aniversário da Lei Maria da Penha.

Não existe isenção na reprodução dos acontecimentos que se transformam em fatos jornalísticos. Mesmo que se queira reivindicar uma certa independência, sabe-se que existem, segundo Traquina (2004), diversos fatores ligados a produção da notícia (natureza da profissão, pressões do veículo, rapidez necessária para o fechamento da pauta, competitividade, etc.), que acabam por pressionar os profissionais e escrever desta ou daquela forma, por isso, é necessário analisar como se tem tratado a cobertura jornalística da violência contra a mulher.

É urgente rever as formas como as notícias deste tipo de cobertura são realizadas. A simplificação dos episódios sem a devida contextualização é prejudicial ao debate social sobre o tema. Aqui, não se pode cair na lógica da simplificação “complexificadora” proposta por Juremir Machado da Silva (2000), que coloca o jornalista apenas como mensageiro que tem o tempo a seu favor e para quem o jornal do dia anterior não conta mais. Seria a própria miséria do jornalismo neste tipo de cobertura.

### **3 COBERTURA JORNALÍSTICA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO JORNAL DO TOCANTINS**

No presente tópico, analisamos as notícias sobre violência contra a mulher selecionadas para o estudo no Jornal do Tocantins. Para alcançar o objetivo proposto e, assim, responder a indagação da pesquisa “como são construídas as notícias sobre violência contra a mulher no Estado do Tocantins?”, aplicamos a análise de conteúdo (BARDIN, 1977).

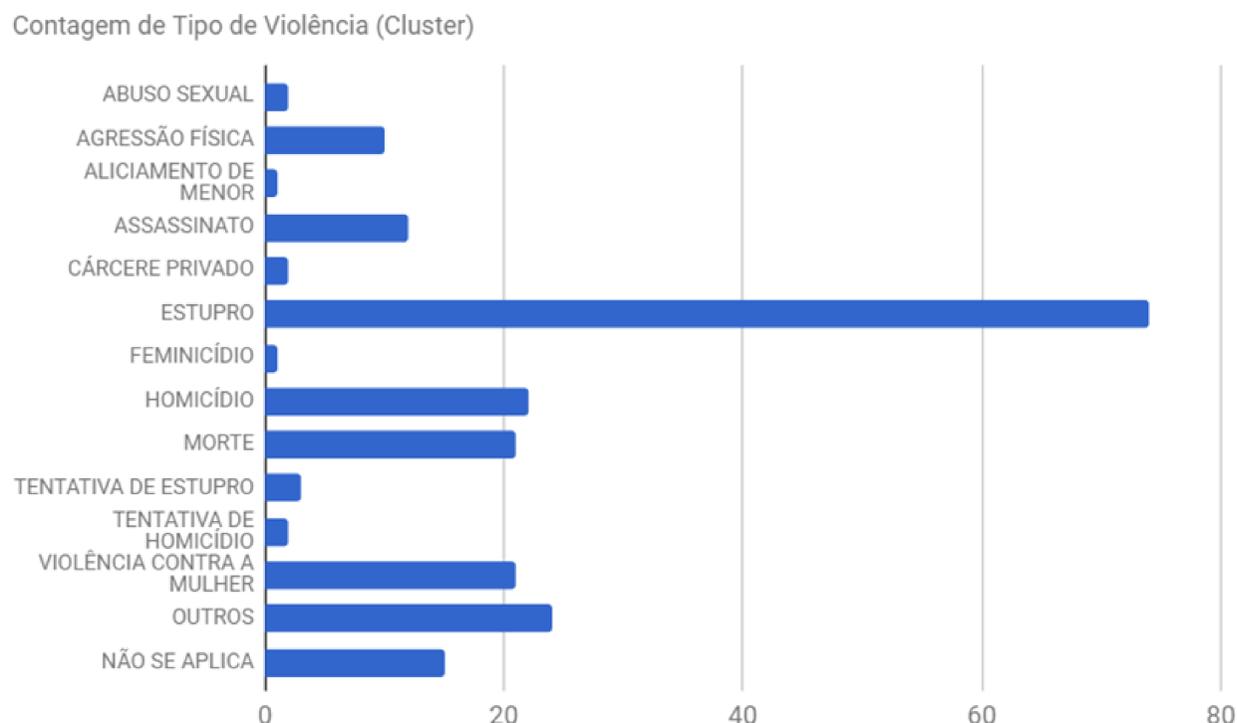
Segundo a perspectiva de Bardin (1977), a análise de conteúdo consiste em uma técnica metodológica que pode ser aplicada em discursos diversos e a todas as formas de comunicação, e assim, ela é utilizada com frequência no campo de estudo da Comunicação e Informação, com foco para análise de notícias.

As publicações foram coletadas de modo a identificar notícias sobre a violência contra a mulher. Os dados foram tabulados e organizados previamente, destacando o título da notícia, data da publicação e editoria. Na sequência, foram analisadas as principais fontes das notícias e o tratamento da repercussão; a distribuição geográfica das notícias e a existência de discussões sobre o tema da violência contra a mulher, e como estas afetam a qualidade da cobertura jornalística no Jornal do Tocantins.

Os casos de feminicídio e crimes contra a liberdade sexual foram os mais noticiados nas 211 notícias levantadas nas páginas do Jornal do Tocantins entre os anos de 2015 e 2017, em detrimento da grande maioria das ocorrências registradas pela Polícia Militar do Estado serem de fatos ligados a ocorrências de agressões físicas, verbais e até mesmo ameaças.

Ocorre que essas ocorrências mais cotidianas acabam destoando da necessidade econômica geral da mídia: vender seus produtos, por isso, a cobertura da violência contra a mulher ainda está eminentemente presa a função de busca da audiência do jornalismo (CASAGRANDE; PERUZZOLO, 2012). Os tipos de violência contra mulher foram nomeados pelo Jornal do Tocantins conforme consta abaixo no Gráfico 1:

**Gráfico 1 - Tipos de violência.**



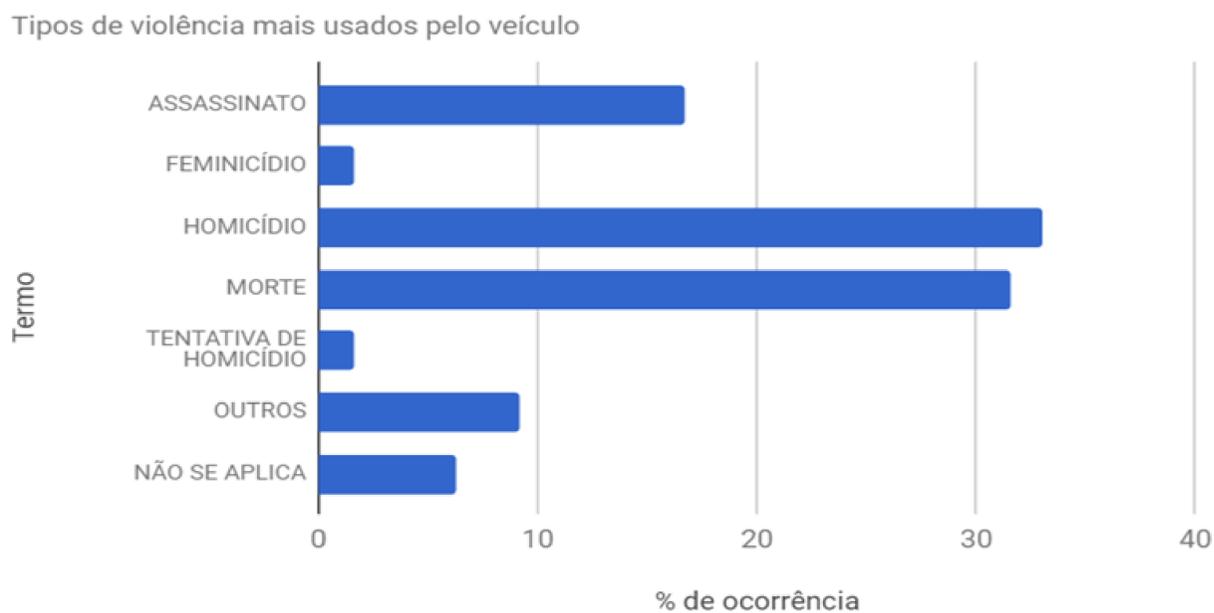
Fonte: Elaborado pelos autores.

A maior incidência, conforme exposto no Gráfico 1, foi do crime de estupro, alcançando um total de 74 ocorrências no período observado, enquanto o crime de homicídio e as ocorrências de morte seguem na segunda e terceira posição respectivamente, com 22 e 21 aparições respectivamente. Além disso, foram 21 relatos utilizando a nomenclatura “violência contra a mulher”, 12 assassinatos e 10 agressões físicas noticiadas. Optamos em não agrupar as nomenclaturas como morte e homicídio por entender que a divergência no uso das palavras, além de sentido gramatical, também apresenta sentido político. Quando o jornal utiliza a palavra homicídio quando deveria usar a palavra feminicídio, por exemplo, expressa descumprimento com a lei do feminicídio que tipifica a morte da mulher por ela ser mulher.

Estudos sobre as narrativas jornalísticas da violência de gênero consideram o dito e o não dito, uma estratégia metodológica eficaz para identificar os silenciamentos das mulheres assassinadas nas notícias. Deriva dessa premissa a necessidade de indagar se as narrativas fazem referência à trajetória de vida das mulheres assassinadas. A busca de “dados biográficos” deve ser eticamente orientada, evitando a exposição desnecessária de aspectos da vida das mulheres, particularmente pela não produção de narrativas que contenham ranços racistas, classistas e outras estratégias de inferiorização (MIRANDA e CARVALHO, 2022, p. 54).

As palavras, nesse sentido, são ressignificadas a partir do contexto de uso, e a ausência delas também evoca significados. Considerando estas notícias selecionadas, o Gráfico 2 apresenta quais os termos mais utilizados em substituição ao termo feminicídio:

**Gráfico 2 – Termos mais usados pelo veículo nos crimes de feminicídio.**



Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme apresentado no Gráfico 2, 33% das notícias que se enquadrariam como feminicídio, utilizaram o termo homicídio, e 31,6% o termo morte. O uso pouco expressivo da palavra feminicídio nas notícias permite aferir que os/as jornalistas que produziram as notícias não assimilaram esse vocabulário, o que poderia ter relação com ausência de formação sobre a violência contra a mulher e o feminicídio. Não há, nos cursos de jornalismo, uma formação voltada para as questões de gênero, desse modo, jornalistas recém-formados(as) vão para as redações sem a compreensão de que as notícias sobre a violência contra as mulheres, a depender da forma como são escritas e construídas, podem e têm reforçado a desigualdade de gênero na sociedade. A formação torna-se uma questão chave, com potência para interferir na produção da notícia, mesmo se tratando de notícias factuais.

O Jornal do Tocantins não surpreendeu ao pautar a violência contra mulher, tendo em vista que notícias que envolvem o tema da violência tendem a apresentar maior valor-notícia e, além disso, exercem a ruptura da normalidade, que é um traço fundamental na rotina produtiva do jornalismo.

A análise dos locais onde ocorreram as notícias sobre violência contra mulher, permitiu verificar a distribuição geográfica das notícias sobre o tema. Na distribuição por local, de maneira geral, o maior quantitativo de ocorrências de relato jornalístico sobre violência contra a mulher esteve concentrado na capital, Palmas (68 notícias). Tal fator pode ser explicado em função da ausência de correspondentes do Jornal do Tocantins em cidades como Araguaína (23 notícias) e Gurupi (seis notícias), que são os dois maiores centros urbanos do Tocantins, depois da Capital.

Mesmo Palmas apresentando uma maior quantidade de relatos jornalísticos de violência contra a mulher, outro fator deve ser levado em consideração, a ocorrência da flutuação da taxa demográfica. Ou seja, necessariamente, maiores relatos não implicam que o local seja o maior com concentração das ocorrências de fato. O resultado direto disso é a invisibilidade dos crimes contra a mulher que ocorreram no referido período no interior do Tocantins.

Outro fator que também deve ser levado em conta na avaliação de maiores incidências em capitais é o fato de, normalmente, estas terem delegacias especializadas, em contraste com a não existência destas nos municípios menores. Ter uma delegacia especializada para a proteção da mulher resulta em uma atenção maior a este tipo de violência e às vítimas, o que pode aumentar o relato deste tipo de crime com a consequente punição dos autores.

De acordo com dados obtidos na Diretoria de Polícia do Interior da Secretaria de Segurança Pública do Tocantins, o estado, em 2017, possuía 13 Delegacias Especializadas para Atendimento da Mulher. Considerando os 139 municípios que o estado dispõe, verificou-se como insuficiente o número de Delegacias para atender a demanda das mulheres vítimas de violência no Tocantins. Ainda cabe destacar que, nos finais de semana, períodos em que aumentam as ocorrências de crimes de violência contra as mulheres, as delegacias estavam fechadas, uma vez que só funcionam em horário comercial.

Com relação às fontes das notícias a Polícia foi a principal fonte, das 211 notícias analisadas a polícia apareceu como fonte em 81 notícias e foi distribuída da seguinte forma: polícia militar (43), polícia civil (34), polícia federal (quatro) e polícia rodoviária federal (uma). Os especialistas foram fonte das notícias apenas 21 vezes, enquanto os órgãos do poder judiciário foram fonte em 18 oportunidades. Tal distribuição permitiu a reflexão de que o Jornal do Tocantins, no período analisado, tratou a violência contra a mulher como problema policial, e não como um problema decorrente da acentuada desigualdade entre os gêneros, já que especialistas foram ouvidos poucas vezes.

A Polícia Militar do Estado do Tocantins, mesmo que seja de fato o primeiro órgão estatal do sistema de defesa à mulher, sendo que na maioria dos casos é o primeiro a ser acionado pela própria vítima, familiares ou vizinhos, não pode ser esta uma justificativa para sua predominância exclusiva como fonte das notícias.

Há de se considerar que o número de notícias apuradas durante a pesquisa está longe da realidade de ocorrências registradas nos órgãos estatais no mesmo período, como a própria Polícia Militar. Tal fato foi comprovado quando se comparou a quantidade de ocorrências registradas pelo Sistema Integrado de Operações (SIOP), da Polícia Militar do Estado do Tocantins, no período de 1 de julho de 2017 a 16 de setembro de 2017.

Em julho de 2017, o Jornal do Tocantins publicou apenas quatro notícias — sendo três sobre estupro, e uma sobre sequestro que envolveu violência contra a mulher. Em agosto do mesmo ano, foram apenas três — sendo um estupro seguido de feminicídio, uma tentativa de feminicídio e uma notícia sobre a Lei Maria da Penha abordando casos de violência. Por outro lado, a Polícia Militar registrou quase 200 casos de violência contra a mulher.

Para chegar aos jornais e sites de notícia de grande circulação local, os crimes cometidos contra as mulheres geralmente apresentam traços de espetacularização. Miranda, Veloso dos Santos e Dos Anjos (2017) esclarecem que mesmo com todo o avanço experimentado pela legislação brasileira nos últimos anos, é necessário que o discurso midiático contribua de maneira mais decisiva na “sensibilização social para a mudança cultural necessária à redução dos índices de violência contra a mulher” (p. 74).

Em sua pesquisa, as autoras pontuam que a violência contra a mulher possui muitas variantes presenciadas no cotidiano das vítimas de violência:

Ao enveredar no tema violência contra a mulher é importante compreender que muitas agressões físicas e psicológicas se enquadram nesse tipo de crime. Desde uma palavra de ameaça, um tapa, espancamento, ferimento por arma ou objeto, estupro, até o estágio mais extremo, que é o homicídio feminino, os quais são ancorados no discurso midiático ou são visíveis na cobertura jornalística. (MIRANDA; VELOSO DOS SANTOS; DOS ANJOS, 2017, p. 74).

As autoras, ao analisarem a cobertura jornalística dos crimes de feminicídio noticiados no Jornal do Tocantins no ano de 2016, identificaram o caráter factual das notícias, apontando a utilização de forma limitada das variáveis sociológicas, como idade, estado civil, ocupação e, em alguns casos, induzindo a interpretação de que o comportamento da vítima motivou o crime, ou seja, uma revitimização da vítima. Para Nunes e Caldeira (2017):

Reflexões produtivas acerca da violência de gênero apareceriam, talvez, se o relato jornalístico fosse capaz de localizar vítima e assassino fora de lugares cristalizados, para compreendê-los como termos constituintes de uma relação e, assim, em ação, em performance. Afirmar sem problematizar o lugar de vítima da mulher pode ser entendido, inclusive, como uma forma de destituir novamente a mulher de protagonismo, ação e empoderamento. Não se trata, obviamente, de dizer que essa mulher não é de fato vítima, porque ela é. Mas ao construir narrativamente a figura feminina apenas marcada pela passividade e pela não resposta à violência que sofre – o que não deixa de ser um julgamento moral do jornalismo – a dimensão do “pôr em relação” se esvazia (NUNES; CALDEIRA, 2017, p. 43).

Neste sentido, é relevante destacar que a mídia pode realizar um reforço positivo ou negativo em questões de grande repercussão na sociedade e, no que tange a violência contra a mulher, uma cobertura jornalística inadequada pode acarretar no reforço da naturalização da violência contra mulher na sociedade. Pouca repercussão dos casos, não utilização do termo feminicídio e até ausência de fontes para as narrativas podem ser prejudiciais à discussão da temática (DAY, 2003; MIRANDA; VELOSO DOS SANTOS; DOS ANJOS, 2017; PEREIRA, 2011).

É perceptível a diferença de tratamento para crimes de maior repercussão como, por exemplo, crimes envolvendo estupro. Estes tendem a ter prosseguimento na Polícia Civil, Ministério Público e Judiciário. No entanto, para crimes subnotificados e que, na maioria das vezes, sequer chegam à mídia, terminam registrados apenas na Polícia Militar.

Além da diferença de tratamento conforme a gravidade ou repercussão do tipo de crime, é importante ressaltar o tratamento dado para os que chegam à mídia. Percebe-se um excesso de notas, no tipo jornalístico, sendo que o ideal seria um maior número de notícias e reportagens, pois são tipos jornalísticos mais embasados, quando se ouvem mais pessoas e investiga-se melhor o fato, em detrimento da nota que apenas relata o ocorrido de forma bastante resumida. A amostragem aqui analisada se destacou pela presença de notas com apenas cinco linhas de texto.

Ainda, foi perceptível o baixo quantitativo de artigos de opinião. Isso denotou que o veículo aqui estudado abriu pouco espaço para leitores e leitoras, assinantes do jornal e a sociedade escreverem sobre o assunto. Com maior agravante ainda, vem a ausência de editoriais para tratar do assunto no período observado. Quando o próprio veículo se posiciona sobre o tema, expondo a crítica sob a ótica deste determinado veículo, a possibilidade do assunto ser tratado de forma problematizada é mais ampla. Nem mesmo nas datas importantes para o combate à violência contra a mulher, o Jornal do Tocantins se posicionou sobre o tema.

As notícias aqui analisadas apresentaram características que reforçam a desigualdade entre os gêneros e, desse modo, a colonização simbólica das mulheres se manteve enquanto corpo que foi objetificado, violentado e até assassinado.

A colonização simbólica das mulheres, nesse sentido, vai se solidificando no tratamento que foi dado a elas nas notícias, como cidadãs de segunda categoria, vivas ou mortas, em decorrência da violência de gênero.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os atos de violência contra a mulher cometidos, seja de forma física, psicológica, social ou sexual, resultam em inúmeras ocorrências, que muitas vezes não recebem o devido trato e acompanhamento pelos próprios órgãos estatais e tampouco da imprensa, como aqui foi destacado.

Entre erros e acertos, observou-se que o Jornal do Tocantins buscou desempenhar seu papel de fiscalizar e acompanhar de perto casos de violências contra a mulher. Contudo, esse acompanhamento foi restrito aos casos de grande repercussão social, por isso, aptos a obter grande audiência.

Desta forma, foi possível averiguar que apesar do periódico, nosso objeto de estudo, proporcionar espaço para casos de violência contra a mulher, a quantidade de notícias apresentadas neste esteve distante de representar uma correspondência mínima do quantitativo de casos que foram notificados no Estado do Tocantins no mesmo período. Constatou-se assim que nem todos os atos de violência contra mulher apresentaram os requisitos para se tornar notícia. Apenas os casos com maior gravidade ou repercussão foram pautados pelo Jornal do Tocantins, ou seja, os casos noticiados se concentraram nos maiores centros em detrimento dos casos que ocorreram no interior, o que gerou invisibilidade nos casos de violência contra mulher ocorridos no interior do estado.

Diante do exposto, verificou-se que o jornalismo regional, no qual o Jornal do Tocantins está inserido, esteve muito longe de contribuir para o avanço na igualdade entre os gêneros, na medida em que tratou a violência contra mulher como caso de polícia e não apresentou uma abordagem alinhada com uma perspectiva de direitos.

Nesse cenário complexo, também observamos amplamente as narrativas sabotadas, por isso nomeamos quando as fontes ouvidas são policiais e quando não há uma preocupação em buscar, como fonte, familiares das mulheres assassinadas. Mesmo em se tratando de narrativas absolutamente factuais, todas as notícias destacaram a localidade da ocorrência de tais crimes, e esses elementos poderiam ser utilizados para dar um caráter mais plural às fontes.

A violência contra a mulher como grave problema social no país deveria ser debatido intensamente nos cursos de jornalismo e nos meios de comunicação de massa em geral, contudo, ainda há entraves estabelecidos pelos próprios entes estatais que possuem deficiências nas ações mais simples de enfrentamento do problema, que envolvem investimento em políticas públicas de prevenção e combate à violência contra mulher.

Por fim, destaca-se a necessidade de novas pesquisas sobre a cobertura jornalística da violência contra mulher com foco para o jornalismo local e/ou regional, tanto aquelas relacionadas à forma como os veículos de comunicação noticiam a violência contra a mulher, quanto aquelas direcionadas a uma prestação de serviços públicos de qualidade no atendimento às mulheres vítimas de violência.

## REFERÊNCIAS

ARCA, Jéssica Carolina De Oliveira. Violência sexual e seus impactos na saúde da mulher: Um estudo sobre a realidade das usuárias do Hospital Municipal de Rio das Ostras. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – **Instituto de Humanidades e Saúde de Rio das Ostras**, Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, 2016. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/4634> . Acesso: 15 mar. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, Bruno Mello Corrêa de; THADDEU, Helena de Rosso; PEREIRA, Marília do Nascimento. Caso Eloá Pimentel/Sonia Abrão – A interferência da mídia nas negociações policiais. In. Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede, 2, 2013, Santa Maria. **Anais [...]** Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2013. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2013/3-5.pdf>. Acesso: 12 ago. 2017.

BEIRAS, Adriano; MORAES, Maristela; ALENCAR-RODRIGUES, Roberta; CANTERA, Leonor. Políticas e leis sobre violência de gênero-reflexões críticas. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 1, 2012.

CASAGRANDE, Magnos Cassiano; PERUZZOLO, Adair Caetano. O fenômeno da violência e sua relação com meios de comunicação, comunicação humana e Estado. **Revista LEVS**, n. 10, 2012.

CELMER, Elisa Girotti. Violências contra a mulher baseada no gênero, ou a tentativa de nomear o inominável. In: ALMEIDA, Maria da Graça Blaya (org.). **A violência na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2010.

DAY, Vivian Peres; TELLES, Lisieux; ZORATTO, Pedro Henrique; AZAMBUJA, Maria Regina; MACHADO, Denise Arlete; SILVEIRA, Marisa Braz; DEBIAGGI, Moema; REIS, Maria da Graça; CARDOSO, Rogério; BLANK, Paulo. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista de psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 25, n. supl. 1, 2003.

GOMES, Luciano Silva; MIRANDA, Cynthia Mara. A mulher, o coturno e mídia: Experiências de um comando militar feminino. In: PÔRTO JUNIOR, Gilson; CASTRO, Darlene; MELO, Gabriela; BACELAR, Alessandra (org.). **Comunicação e sociedade: discussões sobre práticas e impactos da comunicação e do cotidiano**. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

GUIMARÃES, Isabel Padilha. A imagem da violência urbana no documentário cinematográfico brasileiro na contemporaneidade. 2020. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, **Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2010.

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de; ANTUNES, Elton. Um Problema Cotidiano - Jornalismo e violência contra mulher no Brasil. **Selo PPGCOM/UFMG**, Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2020.

MIRANDA, Cynthia Mara; VELOSO DOS SANTOS, Cleide das Graças; ANJOS, Ana Carolina Costa dos. Silenciadas: abordagem de notícias sobre mulheres assassinadas no Tocantins. **Aturá-Revista Pan-Amazônica de Comunicação**, v. 1, n. 1, p. 70-89, 2017.

MIRANDA, Cynthia Mara. Violência contra a mulher na mídia e os descaminhos da igualdade entre os gêneros. **Revista Observatório**, v. 3, n. 6, p. 445-464, 2017.

MORENO, Rachel. **A imagem da mulher na mídia: controle social comparado**. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

NAGASAVA, Heliane Ruriko Chaves. Gênero e violência contra a mulher. (2012). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – **Faculdade de Ciências da Educação e Saúde**, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/2578/3/20713368.pdf> Acesso em: 5 set. 2017.

NOGUEIRA, Rose Dayanne Santana; PORTO JUNIOR, Francisco Gilson Rebouças. Reflexões sobre gênero, violência e mídia. In: PORTO JÚNIOR, Gilson; ANJOS, Ana Carolina C. **Discurso Midiático: poder, violência e cultura**. Porto Alegre: Editora Fi, 2016. p. 156-174.

PEREIRA, Cláudia Nolasco de Abreu. Violência contra a mulher e mídia: Um estudo sobre a influência da mídia nas violências cometidas contra as mulheres do município de Macaé/RJ. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – **Instituto de Humanidades e Saúde de Rio das Ostras**, Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, 2011. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/4976/1/TCC%20CLAUDIA%20NOLASCO.pdf>. Acesso: 4 out. 2017.

SCOTT, Joan W. Os usos e abusos do gênero. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 45, 2012.

SEGATO, Rita Laura. **Contra-pedagogías de la crueldad**. Buenos Aires: Prometeo, 2018.

SILVA, Juremir Machado da. **A miséria do Jornalismo brasileiro: as (in)certezas da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUZA, Edinilsa Ramos de; LIMA, Maria Luiza Carvalho de. Panorama da violência urbana no Brasil e suas capitais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, p. 1211-1222, 2006.

THURLER, Ana Liési. Femicídios na mídia e desumanização das mulheres. **Revista Observatório**, v. 3, n. 6, p. 465-496, 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/4249>. Acesso: 10 jul. 2017.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo. **Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2004.

**Artigo recebido em: 28 dez. 2022. | Artigo aprovado em: 29 mar. 2023.**